

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO -
MG**

Processo nº: 41/2023 Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2023 Edital nº: 07/2023

VINICIUS FERREIRA DE MENEZES - ME, CNPJ Nº 34.985.532/0001-47, com sede na Avenida dos Mundins, 417, sala mesa 01, Centro na cidade de Monte Carmelo – MG, neste ato representada por seu proprietário Engº Vinicius Ferreira de Menezes, CPF nº 100.156.996-25, respeitosamente, vem apresentar suas **CONTRARRAZÕES/DEFESA À IMPUGNAÇÃO A SUA HABILITAÇÃO** apresentada pelas empresas **SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA** o que faz com base nos relevantes fatos e fundamentos expostos a seguir.

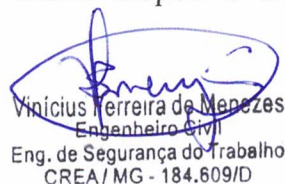
**1 – DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA
EMPRESA VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**

1.1 – DA REGULARIDADE DA CAT FORNECIDO PELO CREA

O CREA é uma Autarquia Federal, regida por lei federal, fiscalizada pelo TCU, e seus atos administrativos gozam de presunção de veracidade *iuris tantum*.

Trata-se o CREA de órgão extremamente respeitado, diligente, e famoso inclusive por suas rígidas fiscalizações, inclusive quanto a exigência de ART para execução das obras que cabe a ela fiscalizar, além de CAT entre outros. Tanto é assim que o próprio edital exige que as CAT's sejam fornecidas pelo CREA.

A respeito da presunção de veracidade dos atos das Autarquias Federais, e aceitação pela Administração Pública, assim dispõe o art. 19 da Constituição Federal:



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/ MG - 184.609/D

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II - recusar fé aos documentos públicos;

Pois bem, a ora Recorrida apresentou CAT referente a instalação de pisos conforme previsto em edital, inclusive no item 26.3.I, o qual foi fornecido pelo CREA, gozando de presunção de veracidade.

Ocorre que, a empresa Séculus (*que tem se notabilizado nas licitações por disputar “miudezas jurídicas” de que por fazer propostas vantajosas a administração municipal*), apresentou recurso contestando a veracidade de referida CAT, pedindo diligência no local.

A empresa Séculus não apresenta qualquer mínimo princípio de prova ou indício para questionar a CAT, limitando-se a mero *jus sperniandi*, contestando sem fundamento documento que goza de presunção de veracidade.

Qual fundamento concreto apresentado pela Séculus em seu recurso? Responde-se NENHUM. Único fato presente é a vontade clara e repetida dela de “concorrer sozinha”, “vencer a corrida sentado no sofá e com a pior proposta”.

Com efeito, não há qualquer razão para atender pedido sem qualquer princípio de fundamento apresentado no recurso da Séculus.

Dito isso, explica-se a sequência que gerou **CAT a qual refere-se a serviço efetivamente prestado e reconhecido pelo CREA conforme sequência de fatos descritas abaixo.**

O engenheiro/empresa/corpo técnico responsável foi contratado para execução de obra de imóvel multiuso, com objetivo de abranger o maior número possível de atividades, ao interesse de locador/investidor.

O período de execução da obra que gerou o CAT foi entre 20/09/2021 e 17/02/2022, portanto, mais de um ano antes da publicação do edital. Não havendo sequer razão para qualquer suspeita.

No período da construção estava e está havendo na cidade grande expansão de espaços para eventos e festas, sendo esse um dos possíveis destinos da obra.

No mesmo norte, o sucesso da “Pracinha das Crianças” chamou atenção dos pais para o valor de playground e do piso utilizado. Tendo em vista isso, os contratantes da Recorrida e do Eng. da CAT, resolveram instalar piso nos mesmos moldes da pracinha das crianças.

Por conseguinte, **foi executado a obra, gerou-se a CAT pelo CREA, gozando de presunção iures tantum, tudo isso, repisa mais de ano antes da licitação em comento.**

Posteriormente, a Recorrida teve notícia que o imóvel havia sido locado para uma terceira empresa a JUSSARA LATICÍCIOS, confirmando sua natureza multiuso e versátil do imóvel.

A empresa que está locando o imóvel não é a contratante que gerou a CAT, seus funcionários não tiveram vínculo com a obra, e a empresa tem objeto social diverso de uma das possibilidades do imóvel, o que nada altera o que foi concretamente realizado gerando a CAT.

No mesmo norte, não tem controle esta Recorrida da destinação do imóvel após execução da obra, a empresa nunca prestou serviços para quem ocupa o imóvel atualmente, não participou das negociações na locação, não sabe e não tem obrigação de saber se foi dado alguma destinação ao piso, ou se locatária e/ou locador fizeram alterações no imóvel multiuso.

Nesse contexto, qual seria a relevância de fazer vistoria no local da CAT, mais de um ano após a conclusão da obra, e após o imóvel ter sido locado para empresa terceira, com apenas uma das várias possibilidades que o imóvel foi pensando e construído? NENHUMA.

Qual seria a eficiência e a força de prova de referida vistoria nesse contexto para possível/eventualmente tentar desconsiderar CAT fornecida pelo CREA com presunção de veracidade? NENHUMA.

Ora, se for vistoriar no local todas as CAT's fornecidas por todos os licitantes, *quantas obras potencialmente/eventualmente já sofreram modificações ou não existem mais?* Isso retiraria a validade da CAT fornecida pelo CREA? Obviamente que não!

Não é razoável e proporcional que a mera insatisfação de um dos licitantes, com base em nada concreto, atrase-se uma licitação, com todos os concorrentes já habilitados, isso para vistoria da CAT que goza de presunção e veracidade, tendo em consideração ainda todo o histórico relatado.

ISSO POSTO, reitera-se a veracidade, validade de CAT fornecida pelo CREA, gozando de presunção de veracidade, não havendo qualquer fundamento mínimo para que seja atrasado a abertura de envelope para eventual diligência com base em pedido sem qualquer lastro por parte do Recorrente.

Alternativamente, caso não seja esse o entendimento de V. Exa., que **seja o Recorrido intimado a participar e acompanhar qualquer diligência, bem como o direito fazer apontamentos, perguntas a qualquer eventual pessoa que seja entrevistada ou ouvida como testemunha, garantindo assim o sagrado direito constitucional ao contraditório e ampla defesa, bem como o direito de petição, todos aplicáveis ao processo administrativo licitatório**, SOB PENA DE NULIDADE DE QUALQUER ATO REALIZADO SEM SUA INTIMAÇÃO, OU ATÉ MESMO ANTERIORMENTE A APRESENTAÇÃO DESTA DEFESA.

1.2 – DO CUMPRIMENTO DO ITEM 26.3.I DO EDITAL

Sempre necessário considerar que a licitação é forma regular de contratação pelo ente público, onde o administrador público deve buscar contemplar o máximo de concorrentes possíveis, a fim de garantir o melhor preço, bem como a lisura de seus atos, garantindo o interesse público.

Nesse sentido assim é a jurisprudência do TCU, *in verbis*:

“A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário)”

Assim, o primeiro norte que a legislação e a jurisprudência do TCU tem para comissão julgadora é que: **“...não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração”**.

Com efeito, a exclusão de todos os demais licitantes como pretende a Séculus Construtora representa risco aos cofres públicos, e não cumprimento dos interesses da administração pública na busca do melhor preço e condições.

Pois bem, no caso concreto esta Respeitável Comissão já reconheceu a lisura e adequação das CAT's fornecidas pela Recorrida, tendo declarado sua habilitação para concorrer no certame.

O Recorrente contesta especificamente a CAT apresentada pelo Recorrido referente ao piso emborrachado para playground/parquinho. O Recorrido, apresentou diversas CAT's comprovando experiência tanto no parquinho quanto do piso exigido no edital. Não por acaso foi habilitado por essa comissão.

Alega o Recorrente que a CAT da Recorrida SERIA SUPOSTAMENTE referente um piso em placas que normalmente apresentaria deslocamentos e despigmentação. Ora isso por ser reciclável?

Necessário dizer que o Recorrente cita suposta descrição do tipo de piso da Recorrente entre aspas como se estivesse citando uma descrição oficial da CAT, mas nada mais é que uma distorção da realidade por parte da própria Séculus, a fonte é a própria Recorrente.

Ocorre que, a CAT do Recorrido está integralmente de acordo com o Edital e não é referente a piso de placas, tratando-se de INVENÇÃO DO

DIRETAMENTE INTERESSADO RECORRENTE, novamente não há qualquer elemento que corrobore as alegações da Recorrente.

Além disso o fato da CAT da Recorrida referir-se a borracha reciclável tingida em nada altera sua qualidade ou forma de instalação. Inclusive a própria CAT da Séculus sobre o também é referente a piso reciclável tingida, referente a serviço fornecido a esta municipalidade, e também foi aceito pela comissão tendo sido homologado, *in verbis*:


A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, CNPJ nº 18.593.103/0001-78, situada na Praça Getúlio Vargas nº 272, Centro, Monte Carmelo-MG, CEP: 38500-000, como contratante e proprietária da obra, ATESTA para os devidos fins, que a empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, estabelecida na cidade de Coromandel-MG, à Rua Artur Bernardes nº 455, Centro, CNPJ nº 03.698.525/0001-50 e Inscrição Estadual nº 193.069.911-0034, registro no CREA-MG sob o nº 25.895, e os responsáveis técnicos Engenheiro Civil Mauro da Paixão do Espírito Santo, CREA-MG nº 44.658/D, CPF nº 481.014.356-20 e Engenheiro Civil Luiz Gustavo Mazzutti da Paixão, CREA-MG nº 297.638/D, CPF nº 067.980.466-81, executou no período de 01/julho/2022 a 31/desembro/2022, a prestação de serviços de revitalização da Praça situada na Rua Rinehueto no bairro Santa Rita no município de Monte Carmelo-MG, Contrato nº 115/2022, ARTs nºs MG20221471038 e MG20221561526, com as seguintes características:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,5 0 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENLHECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	UNID	1.00
2.0	PISO E MEIO-FIO		
2.1	PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA RECICLÁVEL TINGIDA PARA PLAYGROUND - ESP: 4CM	m²	206,22
2.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM	m²	647,96
2.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X80X8X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS, AF_06/2016	M	274,47
2.4	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO)	M	118,98
3.0	MOBILIÁRIO URBANO		

Assim, a CAT do Recorrente também é de piso reciclável, tingida, e nem por isso, deveria ela ou a Recorrida serem desclassificadas.

Com efeito, resta claro que ambas as CAT's apresentadas são referentes ao mesmo tipo de piso e instalação, sendo que ambas referem-se:

“aquele moldado no local da obra, ou seja, fabricado e instalado diretamente no local, sem nenhuma emenda ou juntas, o que oferece perfeito acabamento”


Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho 6
CREA/MG - 184.609/D

Desta feita, novamente razão não assiste a Recorrente, não havendo qualquer inadequação nas CAT's apresentadas pela Recorrida, não havendo ainda o mínimo de substrato lógico no recurso apresentado pela Séculus Construtora.

Na interpretação mais rígida possível que se queira dar ao caso concreto, a CAT da VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME é no mínimo mais ampla e abrangente que a apresentada pela Séculus. Contudo, de nenhum modo é inferior ou deixa de cumprir os requisitos do edital.

Ambas as CAT's inclusive tem basicamente a mesma descrição, e principalmente a mesma forma de execução e montagem.

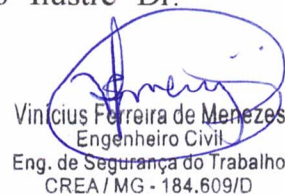
Além disso, **cabe ao gestor público em cumprimento a ato de ofício ou discricionário seguir os princípios da razoabilidade e proporcionalidade**, tendo sido consagrado no direito à grosso modo o instituto de que “quem pode o mais, pode o menos”, o qual advém do latim “*a maiori, ad minus*”.

Assim não pode o Recorrido ser punido por ter CAT que no mínimo engloba mais possibilidades que a CAT apresentada pelo Recorrente.

Citando a Magistrada Dra. Oriana Piske:

“O princípio da proporcionalidade e da razoabilidade são princípios não escritos, cuja observância independe de explicitação em texto constitucional, porquanto pertencem à natureza e essência do Estado de Direito. Portanto, são direito positivo em nosso ordenamento constitucional”¹

Assim neste sentido, vejamos os ensinamentos do Ilustre Dr. Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro:



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D

¹ Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2011/proporcionalidade-e-razoabilidade-criterios-de-intelecao-e-aplicacao-do-direito-juiza-oriana-piske#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20da%20proporcionalidade%20e,positivo%20em%20nosso%20ordenamento%20constitucional.>

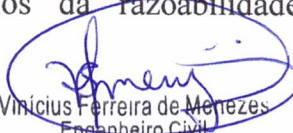
“De início, insta acentuar que os agentes públicos, mesmo no caso de delegação, estão sujeitos à observância do Princípio da Razoabilidade, o qual dispõe, no entender de Celso Antônio Bandeira de Melo, **que o agente, no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida.**

Decorre daí que todo o atuar dos agentes públicos, **além de obedecer ao princípio da legalidade e de ser voltado à consecução de um fim público, deve sempre se pautar pela proporcionalidade, devendo levar em conta a adequação entre os fins perseguidos e os meios utilizados, em ordem a não impor aos administrados um sacrifício maior do que o necessário à efetivação do interesse público.** Como afirma Paulo Bonavides, citando Ernesto P. Penalva, a proporcionalidade é algo mais que um critério, regra ou elemento de juízo tecnicamente utilizável para afirmar consequências jurídicas, porquanto é "princípio consubstancial ao Estado de Direito com plena e necessária operatividade, ao mesmo passo que sua utilização se apresenta como uma das garantias básicas que se hão de observar em toda hipótese em que os direitos e liberdades sejam lesados" (Curso de Direito Constitucional, p.359).”

Cita-se inclusive jurisprudência do STJ aplicando os princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade em licitação:

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO.

1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

2. Recurso especial improvido.” (REsp 542.333/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/10/2005, DJ 7/11/2005, p. 191)

Com efeito, nenhuma das argumentações da Séculus Construtora atacando as CAT's apresentadas pela VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME faz sentido, não havendo qualquer erro ou ilegalidade nelas, estando tudo de acordo com o edital, não tendo a empresa trazido qualquer fato novo suficiente para forçar revisão de decisão dessa própria comissão.

ISSO POSTO, claramente razão não assiste a Recorrente, não existindo qualquer elemento para alteração da decisão da Comissão que habilitou a Recorrida para participar regularmente da licitação.

2 – DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME

A Recorrente argumenta também que a Recorrida VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME, também não teria cumprido o item 27 do Edital, por supostamente não ter apresentado quem seria o RT da obra. Os argumentos da Recorrente estão assim descritos:

“Portanto os atestados citados não podem ser considerada para comprovação da capacidade técnico-operacional do certame, e a empresa não pode ser habilitada para o mesmo” (conforme original)

Novamente sem razão a Recorrente. Os fundamentos trazidos no recurso estão completamente superados pelo entendimento do TCU, TCE em diversos julgados, bem como nos termos da legislação vigente:



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

“É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma

vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito ÀS PESSOAS FÍSICAS INDICADAS PELAS EMPRESAS LICITANTES. Acórdão 1542/2021 - TCU-Plenário”

Ora, os itens do edital não podem ser interpretados de forma rasa e isolada, sem considerar uma interpretação sistema entre todos os itens do edital, aliados também a legislação e históricos de julgados do TCU, TCE e Poder Judiciário.


Nesse sentido, a argumentação deste tópico mistura-se com o tópico anterior no que diz respeito a responsável técnico, vejamos:

26.6 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente de pessoal da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços;

26.7 - A comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia do Contrato social/estatuto social, da carteira de trabalho (CTPS), do contrato de trabalho OU contrato de prestação de serviço, OU AINDA, de Declaração de Contratação Futura do Profissional.

Comprovando a sequência lógica existente entre os itens descritos no tópico 26 e o 27, assim dispõe referido item:

27.1 – Declaração de responsável técnico - indicando o nome, CPF e número do registro no Conselho de Classe do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto. O nome do responsável técnico indicado deverá constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica do licitante;



Vinícius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D



Por óbvio, restou claro que a Recorrida apresentou os responsáveis técnicos, ou nos termos do acórdão 1542/2021 (**capacitação técnico-profissional, que diz respeito ÀS PESSOAS FÍSICAS INDICADAS PELAS EMPRESAS LICITANTES**), que por sua vez fazem parte no quadro permanente da VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME, nos termos do item 26.6, 26.7 e 27.1 do edital, bem como pela fundamentação contida nestas contrarrazões.

Repisa-se que, resta cumprido a integralidade do item 27.1, **tendo sido apresentado profissionais com a indicação de nome completo, CPF e número de registro de classe, além de constarem nas CAT's apresentadas**, cumprindo todos os itens do edital.

No mesmo norte note-se interessante trecho do julgado do TCU.

“A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.”

Com efeito, a empresa VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME, apresentou corretamente os RT's bem como as CAT's nos termos do edital, conforme exigido e permitido nos termos do edital.

Desta feita, **o recurso apresentado pela Séculus Construtora LTDA, é totalmente desconectado com os termos do edital, sem substrato lógico, e sendo confrontando pela lisura dos documentos** apresentados pela VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME.

Ressalta-se que também esse argumento guarda relação por tema já decidido por essa Comissão, que tem entendimento pela improcedência da reclamação semelhante à apresentada no caso concreto em decisões proferidas em diversas licitações anteriores.

E nem poderia ser diferente, já que resta cumprido o art. 30, §1º

inciso I, em consonância com a documentação apresentada, bem como edital e jurisprudência, através de toda documentação idônea apresentada pela VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME, e os próprios termos do edital.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a:**

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: **comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;**

Em igual sentido, vejamos:

“É ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista para a entrega das propostas, nos termos do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993.”



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

Claramente, **buscando vencer sem ter a melhor proposta e com “inovação recursal” não contemplada pelo edital e pela legislação e**

jurisprudência, buscando no desespero a exclusão desta licitante do certame (e de todos os outros).

Portanto, a empresa apresentou os responsáveis técnicos pela obra, que fazem parte do quadro permanente da empresa, dentro das opções permitidas no edital, todos com Nome completo, CPF, Registro Profissional, e CAT's correspondentes as exigências do edital, tudo presente na documentação apresentada.

DESTA FEITA, a improcedência da reclamação em comento, mantendo *in totum* A **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO** da empresa **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME** é medida da mais lúdima justiça e coesão.

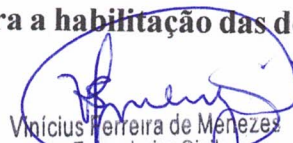
3 – DA PRECLUSÃO DO DIREITO DE RECORRER DA EMPRESA SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA

Primeiramente, necessário dizer que a empresa Recorrente **SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA**, apresentou **Recurso contra a habilitação de TODAS as demais recorrentes** (alguns sem fundamento algum), buscando **“CORRER SOZINHA E CHEGAR EM PRIMEIRO”**, em contradição com o interessa da administração público.

A Séculus Construtora Ltda é a única empresa que apresentou recursos contra a habilitação de todos os demais recorrentes.

No entanto, os argumentos apresentados contra a **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**, não tem substrato lógico, não encontram correspondência no edital, na legislação vigente e nas jurisprudências dos Tribunais de Contas.

Além disso, a Séculus Construtora Ltda não manifestou no tempo correto e devido sua intenção de Recorrer contra a habilitação das demais recorrentes. Explica-se.



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

Ata de Abertura de Envelopes de Habilitação deixa claro que a empresa **Séculus** **quedou-se silente quanto sua intenção de recorrer** contra a habilitação de todas as outras empresas concorrentes.

Referida manifestação foi realizada por todos os demais licitantes que tinham a intenção de recorrer, especificando de forma resumido contra qual empresa e qual a base para as razões de recurso que seriam apresentadas posteriormente.

Ocorre que, a manifestação expressa em ata quanto sua intenção de apresentar recurso contra habilitação é “*conditio sine qua non*” para apresentação de razões de recurso posteriormente.

Assim deixou ocorrer a preclusão referida empresa quanto sua possibilidade de recorrer.

Sobre preclusão e suas consequências assim assevera Candido Rangel Dinamarco:

“As preclusões constituem expedientes técnico-jurídicos empregados em prol da abreviação dos processos e com o fito de impedir a sua duração indeterminada; com isso, favorecem os escopos sociais de pacificação e educação”

Ainda quanto ao instituto da preclusão assim leciona Humberto Theodoro Júnior:

"A preclusão consiste na perda da faculdade de praticar um ato processual, quer porque já foi exercitada a faculdade processual, no momento adequado, quer porque a parte deixou escoar a fase processual própria, sem fazer uso de seu direito" (HUMBERTO THEODORO JÚNIOR. Curso de Direito Processual Civil. v. 1. 33 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 28).



Vinícius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D

Em analogia inclusive, trazemos relevante e recente julgado do TCE/MG, *in verbis*:



13/05/2021 IMPROCEDÊNCIA DA
DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO

14/06/2021

DENÚNCIA. PREFEITURA DE GAMELEIRAS. PREGÃO PRESENCIAL. PEDIDO DE VISUALIZAÇÃO DE NOTAS FISCAIS DO CONCORRENTE. MOMENTO PROCESSUAL INOPORTUNO. **PRECLUSÃO**. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. NÃO OCORRÊNCIA. DENÚNCIA IMPROCEDENTE. ARQUIVAMENTO. 1. Nos termos do art. 4º, inc. XVIII e XX da Lei nº 10.520 de 2002, a decisão da Administração que consagra o licitante vencedor de determinado item deve ser impugnada através de recurso, com prévia manifestação da intenção recursal, não podendo o licitante se valer de simples manifestação oral durante a sessão de julgamento, caso contrário, operar-se-á a **preclusão** de seu direito. 2. A inexequibilidade dos preços da proposta não se demonstra por mera discrepância com os demais preços apresentados no certame, cabendo ao órgão licitante avaliar a exequibilidade da proposta, justificando sua decisão de maneira fundamentada.

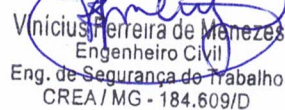
ISSO POSTO, sequer deve ser conhecido o recurso apresentado, tendo em vista a ocorrência da preclusão do direito de recorrer da Sécus, que não manifestou interesse de recorrer em ata no momento e modo devido.

4 – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer que se digne essa Respeitável Comissão, bem como membros da Procuradoria Geral do Município a:

I – Declarar a preclusão do recurso apresentado pela Sécus Construtora Ltda, não conhecendo do seu mérito.

II – No mérito, julgar improcedente o recurso apresentado pela SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, quanto a inabilitação da empresa **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME, MANTENDO A MESMA DEVIDAMENTE HABILITADA.**



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

III – Alternativamente, caso não seja esse o entendimento de V. Exa., que seja o Recorrido intimado a participar e acompanhar qualquer diligência, bem como o direito fazer apontamentos, perguntas a qualquer eventual pessoa que seja entrevistada ou ouvida como testemunha, garantindo assim o sagrado direito constitucional ao contraditório e ampla defesa, bem como o direito de petição, todos aplicáveis ao processo administrativo licitatório, SOB PENA DE NULIDADE DE QUALQUER ATO REALIZADO SEM SUA INTIMAÇÃO, OU ATÉ MESMO ANTERIORMENTE A APRESENTAÇÃO DESTA DEFESA.

IV – Alternativamente, não sendo esse o entendimento dessa comissão, requer desde já a remessa do recurso e das presentes contrarrazões para instância superior para análise do recurso.

Nestes termos, pede deferimento.

Monte Carmelo – MG, 19 de abril de 2023


VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D


LEOCARLOS DIAS FRANÇA

OAB/MG 151.371

Protocolo



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Estado de Minas Gerais

Protocolo

RECIBO

Inscrição

0004147/2023

Data: 19/04/2023 14:02:29

Impressão: 19/04/2023 14:11:11

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Requerente: 000279300 - VINICIUS FERREIRA DE MENEZES

CNPJ: 34.985.532/0001-47

Endereço: AVENIDA DOS MUNDINS, 417

Documentos Solicitados

068550/018 - Geral: ENCAMINHA DOCUMENTOS

APRESENTA CONTRARAZÕES À IMPUGNAÇÃO DE HABILITAÇÃO REF. AO PROCESSO Nº 41/23. SETOR DE LICITAR